



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 16

Sessão Ordinária de Junho

2.ª Reunião de 03-07-2006

Aos três dias do mês de Julho de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Fernando José Florentino Marques, Vera Maria da Cruz Vieira, Firmino Marques Ferreira, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, António Óscar Moreira Paulo, António Ildebrando Nunes Costeira, Octávio Manuel Rodrigues dos Santos, António do Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Victor Manuel da Silva Martins, Sésando Alves dos Reis, João António Fernandes Pedroso, Manuel Vieira dos Santos e Manuel Arede de Jesus.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, o Vice-presidente Carlos Manuel da Silva Santos e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Nuno Manuel Marques Pereira, Margarida Dias Ferreira, Marília Fernanda Correia Martins (saiu da sala às 23:00 horas) e António Rocha Dias de Andrade (entrou na sala às 21:30 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos Vogais Paulo Jorge Barreto da Maia e Arsélio Almeida Martins, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Vera Maria da Cruz Vieira e Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, João Alberto Simões Barbosa e Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, se fizeram substituir nesta reunião, por Firmino Marques Ferreira, António Óscar Moreira Paulo e Octávio Manuel Rodrigues dos Santos, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa:

“Antes de entrarmos na ordem de trabalhos gostaria de dar nota aos senhores deputados, que tive conhecimento do teor de um comentário feito num blog sobre as nossas actividades na Assembleia Municipal.

Não fora a qualidade do autor do blog, não estaria neste momento a fazer este reparo. Mas sendo o autor do blog Assessor da Câmara Municipal de Aveiro, não posso deixar de fazer aqui uma referência negativa ao título que foi aposto nesse blog.

Os nossos trabalhos têm sido trabalhos profícuos, trabalhos de gente empenhada, de gente que está aqui para lutar pelos interesses de Aveiro. Estou convencida que todos os funcionários e colaboradores da Câmara Municipal de Aveiro têm consciência disso mesmo.

Por isso, aqui fica esta nota da Mesa e pedia que se encerrasse por aqui este assunto.”

Vogal Carlos Candal (PS):

“Queria falar de uma coisa muito singela (muito breve) e de algum modo é dar resposta a um ofício que a Senhora Presidente endereçou ao Grupo Parlamentar do PS, com as duas iniciativas legislativas sobre Protocolo de Estado — para conhecimento e para que disséssemos, para que nos pronunciássemos.

A consulta era da Associação Nacional de Municípios, o prazo era curto (até às onze horas do dia vinte e dois), mas deu para tomarmos uma atitude mínima, mínima que é esta:

Os dois projectos de lei, um do PSD e outro do PS, não são compagináveis; não é possível recortar, justapor, alterar — têm filosofias diferentes.

Sendo assim, e porque o texto, o articulado que vai para a frente futuramente será o do PS, parecia razoável debruçarmo-nos sobre o texto do PS apenas, embora lendo o do PSD. E o que dissemos para a Associação Nacional de Municípios foi o seguinte:

«Ex.mo Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, comentando o projecto de lei do PS, o Grupo Parlamentar Socialista da Assembleia Municipal de Aveiro, constata a surpreendente ausência, de referência aos Presidentes das Assembleias Municipais, da listagem do artigo 9.º do mesmo projecto, entendendo que tais entidades autárquicas devam figurar numa nova alínea a introduzir dentro dos actuais pontos 49.º e 50.º»

Quer dizer, esqueceram-se completamente da Assembleia Municipal!? Há lá depois no rodapé “...cerimonias de comes e bebes ao nível do município, ai não sei quê...”. Bem, mas no Protocolo de Estado, na listagem no artigo 9.º foram completamente esquecidas as assembleias municipais — o presidente da assembleia municipal que é quem representa o órgão!

Esse defeito ou omissão não consta do projecto do PSD. Onde os presidentes das assembleias municipais vêm na listagem imediatamente a seguir aos presidentes de câmara.

Mais a cima ou mais a baixo, não têm importância. Agora onde estiver referido o presidente de câmara devem estar referidos os presidentes das Assembleias.”

Presidente da Mesa:

“Acho que todos os autarcas ficam reconhecidos por esse trabalho de chamar a atenção a Associação Nacional de Municípios, para por sua vez fazer chegar ao órgão competente esse reparo.

Há um costume, infelizmente também do Partido Socialista, para com os presidentes das assembleias municipais sejam esquecidos. Mas agradecemos e a Mesa agradece, o cuidado que teve em dar conta dessa omissão.”

Seguidamente a Presidente da Mesa colocou à discussão a Moção apresentada pela bancada do PCP, na reunião anterior, e é do seguinte teor:

«**MOÇÃO** - Reabilitar a Linha do Vale do Vouga é Urgente e Imperativo!

Remonta ao início do século XX a abertura da Linha do Vale do Vouga. Foi na altura, um acontecimento de relevância na melhoria das condições de vida das populações da Região. Hoje continua a constatar-se que esta linha mantém um enorme potencial e que a sua reabilitação melhorará o serviço de transportes públicos às populações da corda de Espinho/Aveiro, passando por Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Albergaria e Águeda.

Em primeiro lugar porque as ligações no distrito de Aveiro, em termos de transportes públicos, são exíguas, desfasadas no tempo e caras, quer entre os concelhos, quer entre estes e a capital do distrito e entre estas e importantes interfaces de ligação com o resto do País.

Por outro lado porque esta linha serve importantes zonas industriais e habitacionais, designadamente todas as sedes dos concelhos que atravessa.

São várias as razões que fazem do comboio uma solução sempre actual:

É menos poluente e por isso mais amigável ao homem; Gasta menos energia que outros meios e por isso é mais económico; A manutenção das infra-estruturas e dos comboios é mais barata do que as estradas e automóveis, por exemplo, É mais seguro. Há de facto menos probabilidades de acidentes; Não está sujeito a engarrafamentos, sendo por isso mais fiável.

Há pois todas as razões para se exigir que a mais valia que constitui a linha de caminho de ferro seja renovada, requalificada e valorizada, e que sejam criadas as condições que incentivem a sua utilização.

Assim, a Assembleia Municipal de Aveiro pronuncia-se:

Pela renovação, requalificação e valorização da linha do Vale do Vouga em todo o seu percurso entre Aveiro e Espinho, via Sernada-do-Vouga. Pela circulação nesta linha de uma renovada frota de comboios que articulem entre si e com as restantes soluções (designadamente a linha do Norte) e cumpram horários adequados às necessidades das populações e nomeadamente dos trabalhadores.»

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal António Regala (PCP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD)

Vogal Fernando Jorge Afonso (BE)

Vogal Teresa Fidélis (PS)

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal António Regala (PCP)

De seguida, a Presidente da Mesa, nos termos regimentais, interrompeu os trabalhos por cinco minutos.

Presidente da Mesa:

“A Moção é tal e qual está redigida, e já foi apresentada ao plenário, e apenas será acrescentado o nome das entidades, ou seja, a referida Moção será enviada para: Governo Civil de Aveiro; Ministro dos Transportes; Primeiro-ministro, Presidente da República e também aos municípios atravessados pela linha do Vale do Vouga, para as Grandes Áreas

Metropolitanas de Aveiro e do Porto, por este agregar os municípios de S. João da Madeira e de Espinho.”

Após os esclarecimentos pertinentes, a Presidente da Mesa colocou à votação a Moção, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação da Comunicação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

A

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal António Regala (PCP)

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de aqui deixar algumas notas à Comunicação do Senhor Presidente da Câmara. Em primeiro lugar, e em relação aquilo que pomposamente foi apodado de “relação de proximidade com os cidadãos e o reforço de interacção entre os autarcas municipais, que foi consubstanciado nas reuniões descentralizadas da câmara.” – Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, quais foram as consequências reais dessas reuniões.

É que exceptuando por razões políticas, para mim óbvias, o que se passou nas freguesias de S. Bernardo e S.ta Joana, parece nada ter resultado desta folclórica “campanha alegre”, como diria o nosso Eça.

E já agora, gostaria de perguntar, porque é que o normal plano de visitas às freguesias se alterou completamente no caso de S.ta Joana? É que mesmo atendendo ao factor político, parece que a mudança foi demasiado, ou demasiadamente evidente.

Gostaria naturalmente de fazer também algumas observações, ao que transparece dos números da execução orçamental e à situação financeira da câmara e dos serviços municipalizados.

Relativamente à situação financeira constata-se, infelizmente, um aumento bastante elevado da dívida de curto prazo que, desde a última comunicação, que foi há dois meses, aumentou mais de um milhão de euros. Este aumento da dívida de curto prazo, indicia graves problemas e é de certa forma incompreensível, já que acontece num quadro de total inexistência de novos investimentos municipais.

Gostaríamos que o Senhor Presidente nos informasse do porquê do aumento da dívida, já que através do seu vereador do pelouro, aqui fomos informados ainda há bem pouco tempo, que a Câmara de Aveiro libertaria cerca de cinco milhões de euros por ano, ou seja, cerca de um milhão de contos, que serviriam para diminuir a dívida existente. Não percebemos, porque é que em vez da dívida diminuir, ela está a aumentar e a aumentar fortemente.

Creio que posso concluir que, ou essas declarações, - como muitas outras aqui feitas pelo executivo, não têm ou tinham qualquer valor ou correspondência com a realidade, ou aconteceu

qualquer cataclismo de que os munícipes não se aperceberam que está a consumir todos os recursos municipais.

Mais grave é o endividamento dos Serviços Municipalizados, porque como todos sabem os serviços municipalizados estão, neste momento, extirpados e não têm que gerir a área dos transportes, que no passado era aquela que tinha prejuízos e que era deficitária. Mas mesmo expurgando essa área, mesmo estando agora essa área a dar prejuízos noutra sítio, que é a MOVEAVEIRO, os Serviços Municipalizados continuam a aumentar a sua dívida.

Não sabemos se isso se traduz num aumento de prejuízos, mas de qualquer forma o aumento da dívida é indiciador de que alguma coisa de mal está a acontecer.

Desta forma urge, e espero que o Senhor Presidente nos informe, quais são as razões, qual o montante previsto de aumento da dívida municipal este ano, qual é o diagnóstico desta situação e, fundamentalmente, se este aumento do endividamento é conjuntural ou é estrutural, bem como as soluções previstas para o estancar.

Relativamente à execução orçamental, ela é de tal forma diminuta, diria mesmo, ridícula, relativamente ao pomposamente orçamentado há pouco tempo (que aqui aprovámos), que para que o Senhor Presidente não fique zangado comigo, não vou referir esses valores.

Um último aspecto para falar das empresas municipais e, em primeiro lugar, relembrar o Senhor Presidente, que em anterior sessão desta Assembleia, nos foi prometido “normalizar a informação, por forma a que esta informação se tornasse mais compreensiva”. Infelizmente nada foi feito e esperemos que no futuro o venha a ser.

Mas gostaria de falar dos elementos que nos foram fornecidos, ou melhor, hoje vou falar dos que não nos foram fornecidos (portanto fiquem descansados que não vou falar do Aveiro-Basket e do seu passivo de oitocentos mil euros). É que não sei se notaram, não nos foram fornecidos quaisquer informações sobre a EMA.

Ora a EMA enviou os documentos na última sessão da Assembleia Municipal. Porque é que não os mandou agora?

Tentei saber e disseram-me que se calhar é porque ainda não apresentou as Contas do ano passado. Ainda não tem as Contas de 2005 aprovadas!? O que obviamente é muito grave diria mesmo muitíssimo grave!

Também se diz à boca cheia, que a empresa está com graves problemas, que é um saco de dívidas e que não apresenta contas, porque os prejuízos são de tal forma avultados, que têm vergonha de os apresentar. Fala-se em vários milhões de euros de prejuízo.

Também se diz (Aveiro é uma cidade pequena) que fechou um dos restaurantes que explorava e diz-se até inclusivamente que os administradores não se falam, ou quase não se falam. Não traria aqui esta questão, que até seria cómica se não fosse tão trágica, não fora o Beira-Mar através dos seus dirigentes afirmar que a EMA lhe deve uma importante quantia em dinheiro: cerca de setecentos e cinquenta mil euros, resultantes do incumprimento de um protocolo que teria terminado no final do ano passado, e do qual, segundo li nos jornais, - através da voz do Sr. Artur Filipe, apenas teria recebido dinheiro, no tempo do Dr. Alberto Souto.

Mais incrivelmente soubemos por via do Vereador Dr. Jorge Greno, pessoa que sem qualquer segundo sentido eu muito estimo, mas que antes de ser vereador era dirigente do Beira-mar, e é o actual presidente da EMA, está a negociar o pagamento da dívida da EMA ao Beira-Mar e também, segundo os jornais têm dito, o novo protocolo entre a EMA e o Beira-Mar.

Ora, lembrando-me eu do velho aforismo de que “não basta à mulher de César ser séria”, não pode, a meu ver, o senhor vereador (nem o Dr. Capão Filipe porque foram dirigentes do Beira-mar), não pode eticamente, de forma alguma, estar nas negociações e deveria a meu ver abster-se sempre que fosse chamado a ajuizar, sobre estas matérias, entre a EMA e o Beira-Mar.

Falou-se também, e o meu colega de bancada também já falou aqui disso, e fala-se da entrega de um terreno da câmara para pagamento da dívida. Eu nem quero falar da parte técnica da questão, porque se a dívida é da EMA e se o terreno é da Câmara, o terreno tem de passar da

Câmara para a EMA, talvez por um aumento de capital social, um suprimento, não sei como é que isso se faz, mas esta hipótese parece-me tão estapafúrdia, que não posso acreditar que seja séria. Então e os outros credores? Como é que se vai pagar aos outros credores da Câmara? Vamos-lhes entregar os terrenos, a câmara, o estádio? Vamos fazer uma divisão de tudo o que seja activo da câmara pelos credores? Então mas já chegámos a uma situação desse tipo? A ter de dividir o manto pelos credores?

Não me quero alongar mais, mas acho que o relacionamento da Câmara com o desporto profissional, particularmente com o Beira-Mar, deve merecer a melhor atenção da Câmara e, obviamente, atendendo à difícil situação financeira, deve ser reformulado, eventualmente reestruturado, senão suspenso, até que haja condições para a Câmara poder, o que nunca deveria a meu ver acontecer, mas que obviamente é uma opção política do Senhor Presidente, apoiar o desporto profissional.

E quanto à EMA Senhor Presidente, que apenas parece subsistir para dar emprego a algumas pessoas que todos nós conhecemos, é preciso decidir o mais rapidamente possível se se deve extinguir ou não e se não se extinguir o que é que vai fazer e, por favor, já agora para terminar não me venham apontar para (porque já ouvi para aí falar disso) soluções de gestão mista do estádio, porque essa solução é claramente uma solução para atirar areia para os nossos olhos, e apenas para manter o problema, manter os tachitos, e adiar a resolução do problema, por bons e largos anos.

Sei de fonte limpa que é difícil gerir; sei que é difícil tomar decisões; mas, nesta matéria, a pior decisão que se pode tomar para todos os aveirenses é passar por cima do problema e adiar a sua resolução.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)

Vogal Teresa Fidélis (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

*“Eu gostaria de colocar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara e passo a expô-las:
- A primeira questão tem a ver com o processo de revisão do PDM. Não pretendo fazer nenhuma intervenção de fundo sobre este assunto, deixarei para uma altura mais oportuna, mas de qualquer forma, gostaria de facto de colocar algumas questões.*

Eu estou ciente que a câmara sabe naturalmente que a revisão do PDM é muito mais do que a revisão de cartas topográficas, ajustamentos de REN ou de RAN; o alargamento de alguns perímetros ou a mera extensão de planos de urbanização aos limites do município.

Neste sentido, gostaria de perguntar a Câmara, sobre as diligências que têm vindo a ser desenvolvidas, para procurar identificar, e obviamente no futuro traduzir, as expectativas que os diversos agentes e público têm para o desenvolvimento territorial do município.

E já agora, e considerando à luz dos princípios de uma governação local moderna, que a Assembleia Municipal constitui legitimamente um fórum por excelência, onde a democracia representativa e participativa podem coexistir, gostaria de perguntar para quando uma audição aos deputados municipais, sobre as suas expectativas para o desenvolvimento do concelho e respectiva tradução territorial? - E uma outra questão ainda sobre esta temática, tem a ver com a composição da comissão mista de acompanhamento do PDM, que gostaria que o Senhor Presidente nos informasse ou facilitasse a lista de entidades que farão parte dessa comissão?

- A segunda questão, prende-se com o POLIS. Há algum tempo atrás foi ventilado pela imprensa local que a câmara teria recebido uma proposta de uma empresa privada estrangeira para investir na zona da lota. Tanto quanto me foi possível averiguar, a proposta que

continuará a aguardar apreciação, é interessante mas envolve a alteração de índices de ocupação imobiliária na zona, e eu gostaria de saber o que se passa com este assunto?

- Uma penúltima questão tem a ver com o seguinte: está a ser concluído um imóvel na Praça do Peixe, do lado norte aproximadamente, que com muita dificuldade pode ser considerado bem enquadrado naquela praça, ou nas poucas praças que nós temos.

Eu gostaria de saber como é que é possível no centro histórico, para onde, - julgo, existe uma comissão consultiva para apreciar previamente os projectos, é possível autorizar um imóvel daqueles? Eu não tenho PowerPoint, não tenho possibilidade de projectar uma fotografia, mas julgo que é fácil descobrirmos qual é o imóvel?

E termino apenas com um comentário sobre a comunicação do Senhor Presidente, aliás um comentário que eu já tinha feito ao executivo anterior e que pode revestir-se de uma natureza de uma recomendação; - no relatório do Senhor Presidente, no capítulo relativo ao Departamento de Gestão Urbanística e Obras Particulares, surgem aqui uma série de gráficos com informação cujo interesse eu não questiono, mas julgo que seria interessante que a informação sobre o processo de decisão, sobre intervenções urbanísticas, - por exemplo, as operações de loteamentos, ou as licenças de obras, nos permitissem ter um pouco mais de informação, nomeadamente, as taxas de deferimento observadas, isto é, do número de processos que entram, qual é (?), quanto são aqueles que de facto são aprovados (?), e também qual a distribuição pelo menos pelas freguesias (?), desses mesmos processos, proporcionando assim, um indicador da distribuição territorial das questões urbanísticas; - como é que eles se distribuem no território (?), e como é que nós estamos a aprová-las ou não?"

Vogal Óscar Paulo (PS)

Vogal Fernando Jorge Afonso (BE)

B

Vogal Orlando Terra Seca (PS)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Poucos meses passaram desde que o Dr. Alberto Souto nos deixou, mas a herança dele está aqui patente em vários actos. A própria comunicação do Presidente da Câmara, os meus colegas socialistas estão-se a esquecer de que o Dr. Alberto Souto nos dava duas ou três folhinhas e dizia: - “isto é a minha comunicação”. E era assim que ele tratava a Assembleia. Por isso, não nos ligava patavina; agora, hoje em dia já se faz um exercício como eu gostaria de realçar, em que o Presidente da Câmara não só se limita a dizer duas ou três coisinhas, como faz uma reflexão, - quanto a mim, bastante bem feita, onde dá para nos apercebermos daquilo que foi a actividade nestes últimos dois meses, em que a Assembleia não reuniu. Por isso, é uma outra forma de estar, é uma outra maneira de ser e o relatório é assim grosso e reflecte o quê? Bom, mais uma vez, reflecte a herança do Dr. Alberto Souto. Porque basta olhar para o índice, que vêem que da página três à página oitenta e três só tem a ver com o contencioso; e ainda bem que o contencioso não está um por página, mas estão oito ou nove itens por página porque senão, então aí é que tínhamos o volume um, volume dois e volume três, como o Dr. Candal gosta de dizer. E por isso, esta herança do nosso anterior presidente da câmara temos que assumir, - pois temos! Temos que resolver estes problemas todos, - temos! Mas ainda bem, que o relatório, para além dessas outras páginas todas, depois tem também um conjunto de actividades feitas pelos próprios serviços, que acho que é óptimo os próprios serviços, irem fazendo as suas revisões, e indo dando conta a esta Assembleia Municipal, daquilo que acham que é a sua actividade mais relevante. E ainda bem que assim é!

Por isso acho que, Senhor Presidente da Câmara, continue a fazer este tipo de relatórios, porque é assim que nós gostamos que o relatório se faça. E mais: - vemos pela abrangência da comunicação do Senhor Presidente da Câmara, que o município deixou de ser só a cidade de Aveiro, e o município passou a ser um todo, e isso também é muito importante que tenha acontecido; os pequenos burgueses e todos os outros, sejam eles quem forem.

Este relatório vê-se que tem a preocupação de incluir todos; toda a gente está aqui incluída, e de uma maneira que felicito o Senhor Presidente da Câmara por isso.

Agora: - traz a dívida e traz montantes de dívida que nós não gostaríamos de ver. À pois traz! Não gostaríamos de ver o aumento do passivo; - aumentou oitocentos mil euros, nestes últimos dois meses, um milhão e cem mil se quiserem incluir os Serviços Municipalizados. E neste caso, tenham em conta que durante os meses de Setembro de 2003 e Julho de 2004, o nosso passivo andou à volta dos 45 milhões de euros. Agora, neste momento, estamos mais a baixo, estamos a fazer um esforço de contenção do passivo, e isso é um aspecto que se tem..., agora eu gostaria que essa contenção do passivo, estivesse a reduzir o passivo — infelizmente ainda o está a aumentar, mas já não estava a aumentar a um ritmo que nós estávamos a aumentar há uns anos atrás. Sr. Dr. Raúl Martins, espero que não se esqueça desses tempos que foram bastante amargos na Assembleia Municipal.

Mudando de tema, mas ainda dentro da comunicação do Sr. Presidente da Câmara, gostaria de abordar um assunto que foi aqui já focado na nossa última sessão, e foi o Sr. Dr. Jorge Greno que o levantou, quando disse que a escola de Esgueira não facultava o pavilhão para a prática desportiva à comunidade. Eu considero que isto é gravíssimo!

O pavilhão de Esgueira, assim como os pavilhões das escolas, e principalmente o de Esgueira, foi construído com dinheiro também do município de Aveiro. O pavilhão da Escola secundária de Esgueira, tenho eu a certeza, pelo menos 20% do seu montante, foi pago pelos dinheiros do cofre do município. Não me parece de maneira nenhuma, que a escola possa agora, como foi dito na última sessão, que os cidadãos de Esgueira tenham que ir treinar para o pavilhão de Aradas, porque parece que é só esse que está disponível, porque os senhores professores fazem o favor à autarquia de ter feito um protocolo.

Não me parece que seja esta a postura que deve existir, entre a câmara municipal de Aveiro e as nossas escolas. Os pavilhões são da comunidade. A Câmara Municipal de Aveiro tem que estabelecer protocolos com todas as escolas. Claro que há encargos para a optimização dos encargos, mas acho que nós não nos podemos dar ao luxo, de sermos um país, que não somos dos países ricos, somos um país pobre e não nos podemos dar ao luxo de termos os pavilhões à noite fechados, porque agora não há aulas. Está bem, se não há aulas então é porque os pavilhões têm que estar ao serviço das comunidades. Temos um pavilhão em Esgueira que não pode de maneira nenhuma estar fechado, sabendo da vitalidade daquela freguesia, para poder utilizar o pavilhão.

Se o Pavilhão de Aradas está aberto ainda bem, mas as marcações das linhas para se poderem praticar todos os desportos devia ser uma realidade. Um pavilhão de uma escola secundária ou de uma escola básica, é um pavilhão que tem que estar ao serviço da comunidade para praticar todas as modalidades, não é só algumas; - não é só o basquete, não é só o andebol. É para praticar o basquete, o andebol e todas as outras modalidades, para darmos a mesma possibilidade a quem em Aveiro, - muito bem, há modalidades de eleição, mas há todo um conjunto de outras modalidades; os pavilhões das escolas têm de ser uma oficina do desporto, em que toda a gente esteja disponível para aí poder participar.

Não temos tantos pavilhões assim, para termos os pavilhões fechados. E por isso, se ainda não se chegou a acordo com as escolas, tem que se chegar, ou pelo menos tem que se denunciar que há conselhos directivos que são mais prepotentes do que os outros, - porque os há, eu sei dos problemas que causaram em esgueira e porque é que o pavilhão está fechado, mas não podemos assumir isso como um facto consumado, e dizer assim: - é uma fatalidade! O pavilhão

não pode abrir porque o pavilhão é só para os senhores professores, ou então para os meninos poderem praticar as suas modalidades, só das nove da manhã até as sete da tarde, porque a partir daí o pavilhão está fechado à comunidade. Não pode ser. Não nos podemos conformar com essa fatalidade.

Um outro assunto que gostaria de realçar na Comunicação do Presidente da Câmara, são as iniciativas da câmara municipal de Aveiro para a promoção da inter-municipalidade. Podem dizer assim: - são assuntos menores! Se calhar alguns são, mas é um sinal que se está a dar, de que a Câmara Municipal de Aveiro tem que ser a promotora de juntar os outros municípios.

E o que vem aqui por iniciativa da câmara municipal de Aveiro, realizou-se o primeiro encontro de responsáveis municipais para a área cultural; acho que é muito importante que fosse a câmara municipal de Aveiro, a propor essa transversalidade da cultura da nossa região.

Também acho muito importante que por iniciativa da Câmara Municipal de Aveiro, se tenha criado a Rede Nacional de Municípios de Arte Nova. Acho que são estes passos que é necessário que Aveiro também dê, para criar o seu espaço, a sua centralidade e a sua liderança natural, que Aveiro tem que ter.”

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos artigo 32.º do Regimento, apresentou o seguinte protesto:

“Há aqui uma tendência para repetições, mas quando a coligação de Direita repisa situações, o bloco do Partido Socialista tem que relembrar.

Ó Senhor Deputado, começo a ficar farto da “pesada herança”. E o Senhor que é uma pessoa com responsabilidades e com a obrigação de honestidade intelectual, quando falar do passivo financeiro do município numa coluna, tem que elencar na outra coluna, o activo patrimonial e de efemérides e de obras e de projectos, que a gestão do Dr. Alberto Souto fez.

É disto que se trata. Nós estamos a apreciar esta Câmara. O executivo do Dr. Alberto Souto já foi julgado pela opinião pública e condenado a meu ver mal, mas foi.

Estamos a julgar esta Câmara. O que é que esta Câmara faz no concreto além do aumento do passivo? E boa parte do que esta Câmara faz, está a beneficiar do activo e da “pesada herança”. É como nos restaurantes, abrem com nova gestão!”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em primeiro lugar, permitam-me, por muito que custe e sabendo que possa introduzir um voltar à vaca fria, referir que esta Assembleia além de toda a obrigação que tem de fiscalizar, de verificar e ser também transmissora aos cidadãos aveirenses, também é um fórum político. E o Partido Socialista também o sabe e o usa com mestria. É, efectivamente, uma forma que o Partido Socialista tem para camuflar (para não dizer branquear) acções comprometedoras de todo o presente e futuro deste concelho.

Acho muito estranho que efectivamente se saia de forma tão veemente, em defesa daquilo que não tem defesa — porque é verdade.

O Bloco de Esquerda, o Senhor Jorge Afonso, referiu-se aqui ao problema da perda de território de Aveiro para o município vizinho e disse: - “sobra para este executivo o que outro deveria ter feito”. Mas aqui os ouvidos puros, castos e inocentes, dos deputados e dos representantes do partido socialista não ouviram. Esta é uma verdade!

O Senhor Deputado do Partido Socialista já disse aqui duas vezes e eu julgava que ia dizer pela terceira vez: “não peçam ao Partido Socialista que não seja solidário com o Dr. Alberto Souto.” E eu já tive oportunidade também, com o respeito que me merecem todos os autarcas, o Dr. Alberto Souto e todos os responsáveis, o Dr. Girão Pereira, o Prof. Celso Santos, como por

todos os outros concelhos, isso não nos impede o respeito que nós tenhamos pelo trabalho e pelo esforço desenvolvido. Pela intenção e pelo voluntarismo que pôs nessa gestão municipal. Não podemos esquecer e muito menos podemos calar, quando se tenta acusar aqui um executivo da responsabilidade da situação que actualmente temos.

O Dr. Raúl Martins - e falo em si, por sei que o senhor foi sempre, e manifestou-o, e demonstrou (das vezes que eu estive na Assembleia Municipal) no último mandato do Dr. Alberto Souto, nós sentíamos e víamos que o Sr. Dr. Raúl Martins era crítico a algumas decisões do executivo do Dr. Alberto Souto. Outros, com o mesmo sentimento de verdade, entendiam aplaudir e apoiar as decisões do Dr. Alberto Souto. Hoje, eu diria àqueles que nos dizem: “não nos peçam que não sejamos solidários com o Dr. Alberto Souto” e talvez com razões para se poder levantar aqui a voz e dizer: - houve coisas em que ele esteve mal.

E eu diria, da parte da bancada do PSD não nos peçam que nós venhamos aqui não ser solidários com o actual Executivo que está esforçadamente a procurar as melhores soluções para o concelho de Aveiro.

É esse direito que os Executivos têm por parte de uma Assembleia Municipal. É dar efectivamente não o benefício da dúvida, mas tal e qual como a população de Aveiro reconheceu deles, e votou neles, e esperou que eles o fizessem - é esta paciência santa e democrática de todos os democratas, esperarem quatro anos para verem o que efectivamente este Executivo vai fazer. E então sim, nós e a população de Aveiro estará então pronta novamente com o voto e no silêncio da urna ir votar efectivamente em quem quer, e saber quem mentiu, quem mudou, quem defendeu, quem não defendeu.

Senhor Presidente da Câmara, eu queria felicitá-lo pelo belíssimo e transparente relatório que mais uma vez traz a esta Assembleia.

E queria felicitá-lo porque dele esperava que as acções aqui indicadas são merecedoras das nossas felicitações. Uma cidade e um concelho sem memória é uma cidade e um concelho que está a hipotecar também o futuro. Elenca aqui de facto o respeito e a consideração demonstrada neste executivo pelos ex-presidentes de câmara (isto em 12 de Maio). Indica-nos depois, a pensar nos mártires da liberdade, o Gravito, e todos os aveirenses que morreram pela causa da liberdade. Esta Câmara fez jus ao seu nome e homenageou a sua memória. Esta Câmara fez jus a 10 de Junho, Dia de Camões e das Comunidades, ao reconhecer e a ter uma palavra para todos os nossos emigrantes. Esta Câmara homenageou também os aveirenses com a baixa das taxas - porque é uma forma também de os homenagear, porque diz: - nós reconhecemos que estamos a sobrecarregar demais a população de Aveiro com tantas taxas e licenças; e esta Câmara fez, é uma forma de homenagear, e quero felicitá-lo por isso.

Quero felicitá-lo, também, porque finalmente conseguiu libertar S. Jacinto do fantasma do “Courage”. Anos e anos em que se dizia que S. Jacinto não podia ser bandeira azul, nem podia ser praia qualificada de qualidade da CEE, porque o mostrengo caiu nas suas areias e ninguém foi capaz de o retirar de lá. Finalmente temos bandeira azul na única praia de Aveiro e temos uma praia acessível.

E acessível não é só uma bandeira que flutua ao vento, acessível porque hoje já há depois da lancha, transportes públicos e BUGAS que transportam as pessoas ao areal.

Felicitá-lo pela redução de taxas, porque aqui há de facto a coerência e a palavra do homem que disse: se votarem em mim eu vou olhar por estes assuntos.

Felicitá-lo com igual intensidade porque não se limitou a ir às freguesias falar com os seus presidentes e com as populações, mas verificamos também “às páginas quatro”, que já reuniu pela segunda vez com os senhores presidentes das assembleias de freguesia. Onde pode auscultar outras realidades, outras perspectivas de governação de freguesia, que lógica e necessariamente não são as mesmas do Senhor Presidente de Câmara.

Entendemos também Senhor Presidente, deixar aqui uma palavra de que há necessidade de com grande intensidade, procurar rever o mais rapidamente possível o PDM. Mas com igual intensidade verificar o Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro.

V/Exa. sabe e todos nós sabemos, que grande parte dos conflitos que existem em termos de planificação da cidade de Aveiro e na urbanização da cidade de Aveiro, é a falta de documentos essenciais que estipulem claramente regras de conduta e a forma de acção e de agir por parte dos investidores e por parte dos licenciadores. Há que correr rapidamente para esse aspecto. Finalmente, felicita-lo, porque não se limitou a inaugurar obra que outro deixasse. Inauguração nenhuma lhe dá a projecção e um enfoque muito grande na revista cultural do município. E acabo também por definir em três linhas, mas três linhas que valem muito mais do que muitas das vezes, parangonas ou grandes parangonas, daquilo que nada diz ou do que é supérfluo.

Outro aspecto Senhor Presidente porque a bancada do PSD, realmente e olhos nos olhos, lhe quero dizer, estamos preocupados com as páginas 10 e 11 essencialmente. Nós verificamos que continua o facto da situação e a tendência de agravamento para a situação financeira do município. A execução orçamental dá-nos claramente a ideia de que as despesas correntes continuam a sobrepor-se de uma forma brutal sobre o investimento e sobre o capital, e temos e gostaríamos que esta tendência se inflectisse.

Felicita-lo, finalmente, pelos acordos de regulação de dívida que está a ter porque são essas regularizações de acordos que está a dar um pouco de confiança e de bom nome, em situações em que Aveiro estava de facto hoje a ser apontado, como aquilo que na última Assembleia eu falei: “o dia da ferradela do cão” – És d’Aveiro (?); eh pá, tenho lá um cão danado; eh pá vais para ali cuidado com o cão!

Portanto, o cão começa a ser vacinado, começa a ladrar menos e talvez daqui a uns tempos possamos estar melhores. Não é possível indicarmos soluções, mas eu sei, todos nós sabemos e é bom que o Executivo o diga.”

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Tem o Senhor Deputado memória a quem se deve as obras da capitania e deste hemiciclo?

E depois, quando o Senhor Presidente da Câmara fala do êxito que foi o Europeu Sub-21 em Aveiro, com cerca de 50 mil espectadores (o Senhor Deputado não viu isso aqui), não seria justo dizer a quem se deve a iniciativa do estádio municipal?

Os Senhores sabem isso, mas esquecem-se! Ou fingem que se esquecem.

Sempre que se fala no Aveiro moderno e no apontar ao passado, tem que se fazer referência ao passivo que cai sobre o Alberto Souto, mas também ao acervo de activo que se deve ao Alberto Souto.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Dr. Carlos Candal, eu quero agradecer-lhe as questões que me colocou, mas desde já não me custa nada fazer a referência que o Senhor quer. Mas para ser coerente com aquilo que penso, também tenho que passar a dizer: esta dívida está aqui porque graças ao Dr. Alberto Souto...; V/Exa, politicamente, da bancada do Partido Socialista, era o que faltava que eu viesse dizer aqui as dívidas e os encargos...

É evidente que nos veio trazer as obras, e eu para referir as obras terei também que referir aquilo que o Senhor não quer, que é as dívidas: os 11 milhões de contos, mais aquilo, mais aqueloutro. Vão dez minutos só a referir isso e eu acabo por não dizer nada nesta Assembleia.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento, fez a seguinte intervenção:
*“Senhor Deputado Rocha de Almeida, uma vez que falou no meu nome directamente é a si que me dirijo pessoalmente, para lhe dizer duas ou três coisas.
Uma das quais é que eu sou Português, sou Aveirense e sou Socialista, por esta ordem. E nunca me ouvirá dizer aqui que sempre no passado se tomaram as melhores decisões. Se calhar algumas vezes não se tomaram as melhores decisões. Se calhar fizeram-se coisas que não se deviam ter feito — na minha opinião, modesta; se calhar! Se calhar hoje temos alguns problemas que resultam de coisas que se fizeram no passado. Nunca me verá aqui negar isso.
Mas Senhor Deputado, o que eu digo aqui e sempre repetirei, e que hoje disse, é que passados sete meses nada foi feito. O que eu digo é que passados sete meses, eu gostaria muito que o executivo viesse trazer soluções. Não as melhores como no passado, se calhar aquelas que são possíveis, mas que trouxesse soluções!
O Senhor Deputado sabe que estamos a aumentar a dívida sem pregar um prego.
A nossa cidade precisa é que se tomem medidas a bem do futuro dos aveirenses e não são as medidas de ter tirado o “Courage” de S. Jacinto; parece que hoje aqui já se tirou o “Courage” de S. Jacinto. E pronto se tiraram o “Courage” de S. Jacinto foi bom; julguei que o “Courage” já tinha saído há meia dúzia de anos.
E o que eu verifico, infelizmente para a minha cidade, e porque sou Português, Aveirense e Socialista, é que nada disso se está a fazer. E não vejo medidas! E penso que a partir de sete meses que este Executivo é obviamente incapaz de apresentar essas medidas.”*

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:
*“V/Exa desculpar-me-á mas eu não vi, nem agora da segunda vez, aquilo em que o possa ter ofendido. Porque eu disse exactamente o que o senhor veio dizer — das reuniões da Assembleia a que assisti V/Exa. era muitas das vezes, não ostensivamente, mas lia-se nas suas entrelinhas, nos seus silêncios, no seu limiar de cabeça, que reprovava muitas das questões. Foi o que eu referi e V/Exa acabou por confirmar.
Repicou o facto de ser Português — como eu; ser Aveirense — mais do que eu, porque eu só sou residente há 34 anos (com muito orgulho) mas tenho a família toda aveirense; sou Social-Democrata — com o mesmo orgulho que V/Exa é Socialista.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do artigo 32.º do Regimento, fez a seguinte intervenção para um protesto:
“Queria perguntar concretamente ao Senhor Deputado Rocha de Almeida e ao PSD, que se manifestou muito preocupado com o que leu nas páginas 10 e 11 deste relatório, se também não está preocupado com a total ausência de medidas ao fim de sete meses, de não estarem presentes aqui para solução do que tanto o preocupa nas páginas 10 e 11?”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:
*“Julgava que vinha dizer ao falar na página 10 e 11, que “estou tão preocupado como Senhor”; porque dá impressão que o Senhor está mais preocupado que não hajam soluções — e eu estou preocupado que hajam soluções.
Mas eu disse na parte final: não é possível hoje indicar soluções porque elas se encontram em fase de estudo e de negociação. E como V/Exa sabe e eu e todos nós sabemos, a alma é o segredo do negócio.
Eu tenho confiança neste Executivo. Eu sei que ele se encontra a procurar soluções em diversos pontos a nível de empresários e a nível mesmo de investidores.*

E portanto, como eu lhe disse eu tenho confiança no Executivo e sei e espero que o mais breve possível ele nos possa trazer aqui a esta Assembleia já um bocadinho de luz sobre possíveis soluções, sobre problemas que afectam o concelho.”

Vogal Ana Maria Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Depois desta discussão toda quase que estive em vias de desistir da minha pequena alocução. Mas também não resisto de modo algum a algumas das coisas que aqui foram ditas.

Aquilo que eu queria falar era sobre essas grandes páginas, muitas páginas, que estão aqui sobre a litigiosidade. O que eu me admira francamente é que alguns dos senhores deputados que fazem parte desta Assembleia, que são meus colegas de profissão, ao verificarem estes litígios não tenham verificado muitos deles estão aqui certamente, penso eu, porque isto foi feito penso eu por engano; porque isto foi feito não será o Senhor Presidente que terá a devida responsabilidade na apresentação dos processos que se encontram em curso, será com certeza da responsabilidade do Departamento e talvez por lapso se encontrem aqui tantos processos!?

Na apresentação que fez à sua Comunicação de Abril, tínhamos ao nível de processos cíveis, 81 apresentados, dos quais, já naquela altura se encontravam 35 findos, muitos deles ainda durante o mandato do Dr. Alberto Souto (porque eu tive a curiosidade de saber). Em conjunto apresenta-nos 53 processos cíveis, 14 dos quais estão findos!?

Devo informar também com toda a sinceridade e honestidade para que alguns dos processos não estão findos e foram pagos há um ano e um ano e tal e constam aqui em todas estas folhas que aqui foram apresentadas.

Depois temos nos chamados processos diversos 19 (em Abril), 15 dos quais estavam findos. Neste momento estão 7 em curso; 2 estão findos. Num Tribunal Administrativo não é novidade para quem anda nestas artes, que no Tribunal Administrativo é tudo muito demorado, tínhamos 78 processos, 33 dos quais estavam findos em Junho; temos 56 e 9 estão findos.

Depois temos inquéritos e processos crime, dos quais a maior parte deles a Câmara é denunciante. Processos por causa da emissão de cheques sem cobertura, crimes de desobediência; em Abril tínhamos 38, estavam findos 6; em Junho temos 23, estão findos 2.

Realmente é um grande número de processos que aqui estão, mas se calhar estão postos aqui (não sei qual é a razão pela qual eles aqui se encontram), porque estão aqui alguns que inclusivamente que terminaram em 2003. Será que é para dizer que o Departamento trabalha muito? Portanto, há aqui qualquer coisa que não está correcta e que eu achava bem para esclarecimento de toda a gente que se tomasse consideração em relação a isto.

Também devo dizer que a litigiosidade não será tão grande como quer parecer aqui.

Também queria lembrar que nas actividades que dizem respeito ao notariado e à contratação (as actividades desenvolvidas, a partir da página 77), em que se fala de coisas totalmente variadas, como a elaboração de minutas de contratos! É evidente que faz parte das atribuições desses departamentos, mas também faz parte a elaboração de requerimentos, preparação de documentos, deslocações subsequentes a repartições públicas, nomeadamente às finanças e à conservatória, a elaboração de ofícios — continuo a dizer que não é o Senhor Presidente da Câmara que tem qualquer responsabilidade na feitura desta análise; extracção de cópias de documentos arquivados no gabinete; prestação de informações e atendimentos: atendimentos tudo bem, mas tirar fotocópias há-de constar aqui porquê? Eu estou constringida a fazer esta análise, mas não tenho outra alternativa.

A litigiosidade não me parece tão excessiva quanto isso. E agora eu gostaria também, mas isto é a pergunta que eu coloco, que é saber, dos trezentos e não sei quantos acordos que constam aqui como “dívidas”. Essas dívidas estavam no Tribunal ou foram fora do Tribunal que fizeram esses acordos?

E fico-me por aqui, porque acho que isto de facto precisa talvez de uma emenda. A litigiosidade não será tão grande quanto aquilo que quiseram dizer ou então os números que aparecem estão completamente errados nesta Comunicação.”

Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Capão Filipe:

“Fiz boa nota em relação à coleção de porcelana que potencialmente poderá ser doada ao município e desde já inclino-me perante todas as doações de beneméritos de aveirenses, cuja doação tem sido realizada ao longo dos tempos da existência do nosso município, porque sobretudo é a transmissão das nossas memórias através da instituição “município”, cujo mérito e benemérito nos apraz registar.

Agradeço todas as referências aqui ocorridas no que diz respeito à qualificação de diferentes eventos culturais e farei transmissão a todos os colaboradores, porque isto é um trabalho de equipa, da Divisão de Acção Cultural, Museu e Património Histórico, Empresas Municipais associadas, - como o Teatro Aveirense, e que chegámos à conclusão que ao fim destes meses, que temos toda a logística cultural do município a sentir com que os aveirenses vivam Aveiro, e não é por acaso que optámos pelo slogan “VIVER AVEIRO”.

E os senhores deputados transmitirem que isto é uma realidade faz-nos sentir realizados, porque é este espírito de missão pública, quer da tutela política transitória, quer sobretudo do quadro de pessoal que exerce a sua actividade nas diferentes divisões e empresas da câmara e que nos deixam também extremamente satisfeitos.

Aliás, já noutros momentos tivemos ocasião de referir que mal do país ou da região, que não considera que o seu principal investimento, - sendo as pessoas o principal trunfo, não ser a própria cultura; a cultura entendida no sentido lato, não no sentido em que abrange a própria educação: - isto é, cultura entendida como aquisição de conhecimento, seja nas artes seja nas ciências, e com implicação na vida quotidiana da própria pessoa, isto é, a própria pessoa depois de um acto de cultura, de uma aquisição, de uma ciência ou de uma aquisição de uma arte, no dia seguinte acorda de manhã para melhor servir a respectiva comunidade. Isto está aqui a saída para uma pátria, para um país, mas a saída também para uma região. E é estruturante, quando definimos o futuro e as expectativas que contamos para Aveiro e para a sua metrópole, seguramente o investimento na cultura. Não estamos aqui a falar de epifenómenos, estamos a falar do “core”, estamos a falar verdadeiramente de um ponto estratégico, que é investir no principal trunfo, - as pessoas, e que essas pessoas adquiram processos de aculturação continuado e que lhes permita acordar no dia seguinte, empenhados no exercício da sua função, e cada função é importante ao serviço da respectiva comunidade.

Foi aqui também referido a doação da coleção de arte contemporânea do Ministério da Cultura. Oportunamente, e esta semana vai acontecer o acto formal, mas oportunamente nos próximos meses acontecerão determinados tipos de realidades associadas a isto, mas para já ficava só com a seguinte ideia: não se trata de uma simples doação de espólio que fica a guarda num protocolo liderado pelo município em parceria com a Universidade de Aveiro, e o IAR/Ministério da Cultura, - portanto, a administração central em Lisboa, mas mais do que a guarda e a exposição de um simples espólio, julgamos aqui poder ter o iniciar, porque o seu espólio constituiu a semente que também deu origem a toda a estratégia legada ou associada à Casa de Serralves, aqui poderá significar verdadeiramente a estruturação de Aveiro, como o terceiro grande pólo nacional de arte contemporânea. Eu diria quase, uma espécie de Bilbao português, cujo projecto é suficientemente ambicioso para essa mesma circunstância.

Agora permitam-me uma lateralidade, Bilbao é aquilo que eu desejo para Aveiro. Não só em termos identitários, mas agora também no que diz respeito à respectiva Arte Contemporânea.

Foi aqui colocado também a questão do café “Gato Preto”. Bom, como é a quinta ou sexta vez que eu me refiro a este assunto, penso que sairei daqui com a convicção de que terei que fazer

um ensaio ou um mini-livro a que se chamará “o mistério do Gato Preto”. Ou então tipo “Harry Potter, no Gato Preto”. Porque assim garantiria uma audiência significativa em termos de tiragem de exemplares.

De uma vez por todas vou tentar descrever por episódios, mas episódios que aconteceram todos hoje, ou seja, não haverá intervalos para publicidade, nem diferentes episódios de telenovela, e o histórico é o seguinte: - o POLIS fazia a obra no dito canal central, muro a muro, tijolo a tijolo a empreitada ia fazendo volumia, aos por do sol aveirenses e aos nasceres do sol aveirenses, iam decorrendo estas obras.

Entretanto o que é que se pensou (?), - pensou-se que uma vez que o lancil do passeio estava desfeito, pensou-se: - vamos aproveitar este mesmo facto, e avançar o lancil do passeio. Obviamente que havia ali um projecto, mas cuja regulamentação financeira, exigiria cerca de 20, 30 mil contos, significava fechar o triangulo que mais ou menos coincide com o que lá está, mas também alargar o passeio em frente à Rota da Luz. Mas esse projecto que existe, só poderá ser executado quando ocorrer uma regulamentação financeira dessa mesma circunstância. – Mas pensou-se bem, como isto é gratuito, pelo menos esta parte do triângulo sobre o Rossio, já fica mais para a frente.

Havia ali algumas dezenas de lugares, e houve alguma negociação, após o iniciar desta obra, com os moradores, e que foi (passo a expressão), fechada “in vivo”, e o que aconteceu que eu na presença do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz, entre outros, deslocámo-nos cerca de 800 metros entre os Paços do Concelho edificados por altura do século dezoito, - estou a falar não da fábrica Campos, mas concretamente do edifício ao lado do Teatro Aveirense, e volto a repetir, - na presença do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz, deslocámo-nos para essa conversa, para esse dialogo, onde fomos por prévio uso das TIG, neste momento acessíveis, e os seus moradores e os representantes dos senhores moradores, encontrámo-nos todos no Rossio, com uma senhora arquitecta da câmara, com o mapa aberto da respectiva circunstância, e foi transitoriamente decidido, sendo testemunha o Senhor Presidente da Junta da Vera Cruz, foi decidido por nós município, que ficaria aquela baía numa situação transitória até se pegar em definitivo o projecto, para compras até quinze minutos, com uns traços amarelos no chão, e para cargas e descargas.

Posteriormente, uma vez recuperado o projecto definitivo, já terá que ser enquadrado de outra maneira. Foi o que foi feito, o que é que falta agora? O que falta agora é adjudicar a calçada à portuguesa, no entanto, ocorreram uma série de eventos, e felizmente o principal evento pelo qual ainda não se iniciou esse acto de colocação de calçada à portuguesa, é a nossa selecção de Portugal, que tem feito perpetuar aquilo numa circunstancia provisória, bem como a aplicação de uma sinalética vertical e de uma pintura amarela nessa baía, para colocar sem tarifário, uma rotatividade por um quarto de hora, e vamos ver se isto acontece pelo menos até Domingo, porque desejamos Portugal campeão do mundo. A propósito disso, deixem-me conceder uma satisfação pelo facto de Portugal estar a viver este momento, e que é feito através da colocação de bandeiras portuguesas; mas deixem-me deixar aqui também uma reflexão, porque isto vai durar um mês, que os aveirenses saibam colocar a bandeira de Aveiro nos restantes onze meses, nas respectivas varandas, ou pelo menos no coração, e façam sentir Aveiro através dos seus clubes mais significativos, designadamente os clubes desportivos de alta competição, como por exemplo, o Sport Clube Beira Mar, e que isto sirva para de facto, com este exemplo da colocação durante 30 dias a bandeira de Portugal, que saibamos em termos de coração, em termos de sentir Aveiro, colocar a bandeira de Aveiro também nas nossas varandas, ou pelo menos se isto não for objectivado nas nossas varandas, que o sejam no nosso coração.

Em relação às Festas da Cidade, gostaria de referir que não as chamamos de Festas da Cidade, chamamos Festas do Município precisamente para não abranger unicamente as ditas freguesias urbanas. E felizmente em relação a este assunto dormimos perfeitamente tranquilos, porque

julgamos que aquilo que temos feito, no que diz respeito ao recurso das instituições culturais do município, e às actividades estas nas diferentes festas, organizadas pelo município, julgo ser singular no sentido positivo, bem como a deslocalização de eventos para as respectivas freguesias, é isso que tem acontecido. Basta uma leitura atenta da agenda cultural, que por sua vez foi renovada como já é do vosso conhecimento, para verificar isso. Até porque nós criando o programa “VIVER AVEIRO”, criámos um programa que se chama “VIVER AS FREGUESIAS”, e iniciou-se por opção a primeira freguesia a de Requeixo, e há dois meses “non stop”, decorre na freguesia de Requeixo, um conjunto de dezenas de actividades, como ateliers, feira gastronómica, workshops, diferentes tipos de espectáculos, inclusivamente espectáculos vanguardistas como o hip-hop, - e está ali o Senhor Presidente da Junta que sabe disso mesmo, da descentralização das festas do município.

Feira do Livro. Pensamos que dentro do ambiente financeiro que correu favorável, e é nosso objectivo que seja uma referência em termos nacionais.

Em relação à Praça Marquês de Pombal, gostava de referir que nós estamos progressivamente a dar vida a faces que até aqui não tinham dado. E a prova disso, é que ainda hoje aprovamos em reunião de câmara uma parceria entre o IPPAR, o Museu Nacional de Aveiro, a Paroquia da Glória e o Município de Aveiro, no que diz respeito à fruição da igreja das Carmelitas, entretanto abertas. Isto com certeza que resultará numa animação óbvia, porque vai ter um tratamento a nível do IPPAR, há uma loja do IPPAR, que vai ter um destino turístico e de visita, e um uso também em termos litúrgicos e que permite inclusive fazer casamentos e outro tipo de cerimónias litúrgicas.

Por sua vez, nos próximos meses virá aqui um destino que dará, outra centralidade ao antigo edifício dos Bombeiros Velhos de Aveiro. E a pouco e pouco, sabendo nós que aquela praça, foi sempre uma praça ao longo dos séculos, contemplativa, isto é, que serve ao recolhimento.”

Vereador Jorge Greno:

“Relativamente aos assuntos aqui focados, dois assuntos dos pelouros que me dizem respeito. Começo pela última questão relativamente ao Departamento Jurídico, ao número de processos. Efectivamente houve uma crítica relativamente ao relatório de Abril que foi devidamente tida em consideração, mas os números apresentados provam que houve uma limpeza de processos de Abril para Junho. A justificação dada pelos serviços relativamente a esta discrepância apontada pela Dr.^a Ana Maria Seiça Neves, têm a ver (e eu não sou jurista), presumo que os juristas perceberão isto melhor que eu, mas há processos que juridicamente estão extintos, mas que a Câmara ainda não recebeu a respectiva notificação e enquanto a notificação não chega, eles continuam a constar. Deixaram de constar no momento da recepção da notificação. Portanto esta é a justificação dos serviços relativamente a essa discrepância de qualquer maneira, estamos sempre disponíveis se houver algum processo ou alguma coisa que escape e que apontem, e que corrigiremos certamente.

Relativamente a outro assunto que tem a ver com a EMA, Beira-Mar e eu vou procurar integrar a resposta ao Deputado António Regala, dentro da resposta que vou dar ao Dr. Raúl Martins.

Primeiro, quanto ao facto de o Sr. Dr. não concordar que eu esteja nas negociações, lamento dizer que o Sr. chegou com sete meses de atraso. Porque isso devia ter dito quando eu tomei posse, como Vereador do Desporto e Presidente da EMA. Porque o Senhor já sabia que o contrato que havia tinha de ser renegociado. Aliás faz hoje um ano que em Assembleia Municipal; o Senhor disse isso. Portanto, se já sabia que ele ia ser renegociado, se soube que eu ia ser o Presidente da EMA e Vereador do Desporto, com toda a lógica seria eu, pelo menos, uma das pessoas que teria que negociar isso. Em reunião de Executivo foi assim que foi deliberado. E estou para defender os interesses da Câmara e da EMA e não os interesses de terceiros. Porque se fosse assim nós nunca poderíamos falar de nada.

Também disse o Sr. Deputado que - “tentou saber coisas das EMA”; tem o meu telemóvel, não me ligou, podia-me ter ligado que eu podia ter-lhe dado alguns esclarecimentos. Tentou saber por outras fontes! Mas quando precisar de alguma coisa telefone-me que será sempre bem recebido o seu telefonema e se houver esclarecimentos ser-lhe-ão prestados. E isto é válido para qualquer senhor deputado sempre que precisarem de algum esclarecimento, disponham.

Efectivamente tem razão quando diz que as contas da EMA ainda não estão aprovadas. Posso dizer que está marcada para amanhã a reunião do Conselho de Administração para aprovação de Contas, e também lhe posso dizer que também nesta sua intervenção do ano passado, que fez um grande e merecido elogio ao revisor oficial de contas da EMA, e ele como está a acompanhar a situação, e certamente no seu relatório se houver alguma coisa a referir, referirá.

Quanto ao facto de ter graves problemas, também é verdade e o Senhor também já o sabia há um ano atrás; aliás o seu discurso há um ano atrás reflectia tecnicamente de uma forma interessante os problemas que são os mesmos hoje. Há um ano atrás, já sabia que o Beira-Mar ia descer de Divisão, já sabia que o ano ia ser complicado; não sabia que ia haver uma mudança de administração, que foi mais um pormenor que pode ter ajudado a algum atraso, em algumas situações porque a equipa que entrou não conhecia a realidade e a pessoa que estava, também não a transmitiu a ninguém.

Continuando, é verdade que um dos restaurantes fechou. Está neste momento encerrado por um critério de gestão. Chegámos à conclusão que não se justifica estarem duas salas abertas quando, com esquecimento do projectista, fez dois restaurantes mas só fez uma cozinha!? Portanto não se justifica que a comida ande a passear aqueles metros todos. Portanto, por uma questão lógica fica aberto o restaurante junto à cozinha e procuraremos dar outro tipo de utilização à sala do até agora chamado restaurante do estádio, de forma a procurarmos ter algum tipo de receitas.

Posso também informar que neste momento já há duas entidades que estão a ocupar salas no estádio e a pagar umas rendas relativamente em conta, mas sempre são algumas verbas que vamos fazendo. Trata-se da Associação de Basquete de Aveiro, que mudou a sua sede para o estádio e de um novo clube de Karaté que resultou de uma cisão no recreio artístico, que também já se encontra no estádio.

Quanto ao facto dos Administradores não se falarem entre si as suas fontes estão mal informadas.

Quanto ao facto de o Beira Mar ter dito - “que só recebeu dinheiro no tempo do Dr. Alberto Souto”, e juntando isto com a situação de como é que a EMA vai pagar a dívida. O Beira-Mar recebeu dinheiro no tempo do Dr. Alberto Souto porque a Câmara emprestou/colocou dinheiro na EMA para a EMA pagar ao Beira-Mar - tão fácil quanto isto. E, aliás, disse o Dr. Raúl Martins no ano passado: “é obvio que é uma empresa municipal, e no caso de no futuro não ser possível equilibrar as Contas, é necessário que a Câmara esteja preparada para anualmente suprir as necessidades de capital da empresa, transferindo obviamente verbas para a EMA” (Raúl Martins 04 de Julho de 2005). Portanto a situação mantêm-se e os senhores sabem qual é a situação financeira da Câmara e quais são as possibilidades..., actualmente esta é a situação. Portanto, estamos efectivamente a negociar com o Beira-Mar, uma situação que seja válida para a EMA/Câmara, que seja válida para o Beira-Mar, ou seja, qualquer situação que venha a ser finalizada, - a negociação que não está terminada, será naturalmente trazida à Câmara e à Assembleia para que vos seja dado conhecimento.

Por último e voltando mais uma vez a citar o Dr. Raúl Martins - e como eu também sou gestor, digo que a gestão futura da EMA tem de se pautar por três aspectos fundamentais: é difícil, é possível e é desafiante. É uma realidade. É pena, são os quatro milhões de euros que já vêm de trás, números redondos, que já vêm de trás e tem a ver sobretudo com a dívida ao Beira-Mar e com dívida ao consórcio que a Câmara na altura não colocou os meios necessários na EMA

para a EMA pagar o restante da construção do estádio. Portanto estes são factos reais e históricos, foram do conhecimento da Assembleia anterior, estão nas Contas e estarão nas Contas que irão ser aprovadas amanhã.”

Vereador Pedro Ferreira:

D

“Respondendo a algumas das questões que foram colocadas relativamente a situações que estão sobre o meu pelouro/empresa municipal, relativamente ao “ferry-boat”, questão colocada pelo deputado Regala. De facto, um dos molhes está concluído o outro está por concluir, e portanto, não vale a pena termos o “ferry-boat” estacionado em S. Jacinto só para parecer bem.

O “ferry-boat” há-de aparecer por estes dias - qual D. Sebastião numa manhã de nevoeiro a entrar pela entrada da Barra. Portanto não se preocupe que o “ferry-boat” já é da MOVEAVEIRO e por estes dias estará atracado em S. Jacinto, sendo certo que só começará a funcionar a partir do momento em que o molhe de atracamento no Porto de Aveiro estiver concluído.

Relativamente às questões da execução orçamental e do endividamento dos SMAS. Tentando sintetizar aqui um bocadinho aquilo que se passa: - nós de facto nunca dissemos que queríamos estancar a dívida num dia. Toda a gente sabe, e quem é gestor tem a obrigação de saber isso, que não se estanca a dívida de um dia para o outro. Existem alguns contratos que eu já disse que eram bastante vantajosos para a Câmara e que se prolongavam durante vários anos — e eu posso referi-los porque não tenho problema nenhum com isso, acho que até se nós conseguirmos aqui falar um bocadinho sobre isso e ajudar-nos a perceber soluções é muito melhor.

Posso-vos dizer, e já o disse várias vezes, que a recolha e tratamento de lixo custa sete mil e quinhentos euros por dia aos aveirenses. Estamos a falar de 1500 contos todos os dias, trezentos e sessenta e cinco dias por ano. Isto é um contrato pesado, é um contrato com várias empresas na recolha. Temos a SUMA no tratamento, temos a ERSUC no aterro. É uma situação que nós estamos a rever. Só o pagamento à SUMA por nós são tinta e cinco mil contos, portanto, são valores muito elevados que nós estamos a rever — as receitas atinentes são inferiores, são cerca de trinta mil para trinta e cinco mil.

Para além disso (e vinha da gestão anterior) o dinheiro da recolha do lixo estava a ser transposto para a MOVEAVEIRO para subsidiar os serviços da MOVEAVEIRO. Isso é público e já o disse várias vezes.

Em relação a um outro contrato que estava a ser pago anteriormente e que esta Câmara assumiu (assim como todos os outros municípios), tem a ver com o contrato da SIMRIA. Toda a gente já falou disso e eu já o disse várias vezes. O contrato da SIMRIA implica uma prestação mensal de setenta mil contos, 354.000,00€, para ser exacto.

Ora bem, como nós estamos a pagar o “caudal” real através dos Serviços Municipalizados, e depois eu faço a transferência para os Serviços. Para falarmos sobre o que é que se passa nos Serviços. Só aí, como nós só pagamos o caudal real, que são vinte mil contos, 100.000,00€ grosso modo, há uns meses que varia, mas todos os meses se vão criar (e eu já disse isso várias vezes), vai-se criar cinquenta mil contos de dívida, 250.000,00€ todos os meses. Isto tem decorrente um contrato que não foi assinado por nós, foi no executivo anterior. Obviamente, estando a ser prestado um serviço não nos parecia coerente que esse serviço não fosse pago — pelo menos naquilo que realmente era prestado.

Em relação a isso, e falando agora da dívida que está contabilizada como “crescimento da dívida”. Eu posso-vos dizer e diz aqui expressamente por minha indicação, e já vem dito noutros comunicados do Senhor Presidente, que o passivo de curto prazo em contabilidade, porque eu sempre disse e vocês sabem que estes não são os meus números de passivo de curto prazo. Os passivos, nomeadamente, aqui falta a questão da dívida da SIMRIA no passado, que é

uma das questões. Mas tal como nós aqui acertámos, a partir do momento em que a auditoria revalidar os valores, eles serão todos contabilizados.

Uma outra situação também em relação à dívida. Há necessidade aqui de esclarecer uma coisa: os juros de mora neste momento são de 9,25%; a Câmara anda todos os dias atrás dos 9,25%. Ao contrário do que no passado acontecia, e isso está relevado quer pela auditoria quer das finanças, quer para a outra auditoria que eu vou passar à frente já a falar sobre isso, os juros não eram contabilizados. A partir de Janeiro deste ano, todos os juros de mora são contabilizados. Obviamente que isso cai na contabilidade e todos os dias cai 9,25%.

Ouvi dizer aqui que “não apresentam soluções”. Nós estamos a estudá-las todos os dias, e eu assumo isto aqui: a dívida não se vai pagar a andar a falar todos os dias a falar nela. Nós temos de encontrar soluções e de arranjar maneira de não só nos financiarmos, como de arranjar dinheiro para pagar e estancar esta dívida. Por muito boa vontade, nós precisamos de no mínimo arranjar dez milhões de euros este ano para estancar esta dívida. Obviamente que o contrato da SIMRIA que não implica juros de mora, mas todos os meses são 250.000,00€ que vão estar na contabilidade. Eu já disse isso algumas vezes e se quiserem fica aqui transmitida em Assembleia Municipal, que é onde deve estar.

Relativamente aos trezentos mil euros dos Serviços Municipalizados. Como sabem, e eu também disse isso, quem está a fazer o pagamento dos cem mil euros à SIMRIA grosso modo, todos os meses, é os Serviços Municipalizados, porque as receitas entram nos Serviços Municipalizados. Obviamente, que há aqui uma diferença de três meses porque as facturas são a noventa dias e aqui estão os trezentos mil euros.

Em relação ao crescimento do endividamento dos SMAS, também há uma outra rubrica a que se deve esse endividamento — o saneamento em Oliveirinha. É um investimento que na minha óptica a partir do próximo ano começará a ser amortizado, pelo que estará pronto. É um investimento. É obvio que é uma criação de dívida, mas neste momento é um milhão de euros que já representa em termos de aumento de endividamento. Como sabem esta obra é comparticipada a 30%. E estes 30% estão com muito atraso — portanto mais uma justificação.

Auditoria: nós temos o processo de concurso completo em relação à auditoria feita por uma entidade externa. Esse processo ainda não foi a reunião de Câmara por uma razão muito simples - não vale a pena, estando a acabar a IGF (e eu já falo sobre essa auditoria), estarem duas entidades a analisarem os mesmos processos. Cada um tem de ter o seu tempo para analisar todos os processos; achamos que isso é coerente. Mas como a IGF está a terminar, nos próximos dias vocês terão informações sobre a auditoria externa.

Em relação à auditoria/inspecção, como lhe queiram chamar, feita pela IGF. O processo de auditoria às Contas está pronto; neste momento estou a fazer uma análise que nos foi transmitida na terça-feira da semana passada.

Em relação às despesas gastos com pessoal, foi uma deliberação expressa pelo Senhor Ministro — não é só a Câmara de Aveiro, é Lisboa, Porto, várias câmaras municipais das mais relevantes pelo menos.

Tudo nos foi transmitido, quer pelo auditor, quer pela pessoa que está no terreno, daqui a três quatro semanas nós receberemos o relatório preliminar. A partir desse momento seguirá os trâmites legais em Lisboa e será depois disponibilizado.

Em relação à questão da Dr.a Ana Maria Seíça Neves, queria transmitir-lhe o seguinte: - estes acordos, não está nada dito, porque de facto há acordos que foram feitos com entidades que estavam no tribunal, e os restantes foram feitos em acordos com dívidas, e eu posso dizer que estamos a privilegiar as dívidas que estão à mais de cinco anos.

Só queria deixar uma questão porque eu acho que era importante e nós temos falado de muita obra feita versus dívida: - nós tivemos há dias uma penhora de 200.000,00 € relativamente a uma dívida; e infelizmente não conseguimos travar essa penhora. Esses duzentos mil euros devem-se a tudo menos obra feita. Devem-se a uma dívida para com uma empresa que faz as

alimentações para as crianças nas escolas!? Dívida essa para a qual a Câmara recebe participação estatal — esta dívida é inaceitável no meu ponto de vista.”

Vereador Carlos Santos:

“Começarei por responder ao Sr. António Regala, que levantou algumas questões relacionadas com o Mercado Manuel Firmino. Começarei por lhe dizer, começando pelo fim, que não sei quando abre o Mercado Manuel Firmino. Posso dizer-lhe sim, que no dia 12 vamos proceder à entrega das lojas do Mercado e que o processo está todo a avançar muito rapidamente. Portanto, é evidente que em Agosto as coisas param um pouco, mas eu poderia dizer que tudo leva a crer que este ano o Mercado Manuel Firmino é aberto, não há dúvida nenhuma.

Falou também no problema do Mercado de Santiago, nós já nos temos referido a isto várias vezes, nós achamos que Aveiro justifica os dois mercados a trabalhar bem. Quando há pouco dissemos que o dia 12 de Julho, - daqui a nove dias, iríamos entregar as lojas do Mercado Manuel Firmino, estamos a falar de pessoas que neste momento estão alojadas no Mercado de Santiago.

Portanto, quando abrirmos o Mercado Manuel Firmino, vai haver uma desertificação do Mercado de Santiago. E portanto, eu creio que essa será a altura também, para fazermos algumas obras que nós achamos que são importantes para melhorar o Mercado de Santiago.

É sabido que existe um “telheiro” onde estão muitos comerciantes cá fora; fora do edifício do mercado. Aquele telheiro não tem o mínimo de condições, precisávamos de pavimentar aquilo, de fazer ali uns resguardos, enfim, de criar condições para quem lá vende e depois fazer um recerto de tudo em função da desertificação que houver.

Dr.a Teresa Fidélis, que eu gosto muito de ouvir sobre as questões técnicas que habitualmente levanta e por quem tenho muito respeito, pelas opiniões técnicas, disse, referindo-se à gestão urbanística; eu reconheço que a informação que referiu de facto não existe. Vamos ver se conseguimos melhorar isso. Mas eu devo dizer-lhe - e digo-lhe isto com algum gosto, que este Departamento tem um trabalho muito intenso, muitos processos, muito trabalho, enfim, um Departamento complicado, mas as coisas vão correndo.

E queria falar-lhe sobre essa construção de um imóvel na Praça do Peixe. Se estamos a falar do mesmo caso, gostaria de dizer que o processo está ao seu dispor. Tenho muito gosto em que vá à Câmara e procure consultar esse processo, está perfeitamente ao seu dispor. Se estamos a falar do mesmo processo, eu creio que esse processo está aprovado pela comissão consultiva e também está aprovado pelo IPPAR; é um processo que está perfeitamente em ordem. Eu não tenho dúvidas, creio que não fui eu que licenciéi este processo, creio que foi o meu antecessor, mas estamos a falar do mesmo processo que não tem problema rigorosamente nenhum.

Foi aqui falado também aqui na questão da Avenida. A Avenida é um problema delicado - não é um problema de agora, é um problema muito antigo. Eu há dias ouvi uma discussão entre académicos distintos, professores da Faculdade de Arquitectura do Porto, que vieram aqui fazer (e que tinha sido autor do 1.º PDM) o início do PDM do tempo do Dr. Girão e co-responsável no Departamento; falou-se na questão da Avenida, na forma como a Avenida se encontra, a falta de coragem que tem havido, e ouvi com gosto de quem tem responsabilidades neste Departamento dizer que já se fez um levantamento exaustivo da Avenida, e que nós vamos fazer uma experiência, nós vamos fazer por quarteirão, vamos fazer planos de alinhamento e cêrceas por quarteirão. Quer dizer, vamos ver se definimos regras por quarteirão e se paulatinamente com alguma regularidade começamos a intervir. Porque de facto eu creio que é importante e a Avenida está muito mal, as coisas estão muito mal. É sabido também que há muitos projectos que estão aprovados para a Avenida e os investidores também estão a pressionar um pouco, e em alguns casos as aspirações dos investidores também são legítimas e se os processos estiverem correctos nós não temos razão nenhuma para travar o desenvolvimento para renovar a Avenida.

Portanto, brevemente, logo que seja possível, explicaremos tudo isso à Assembleia Municipal e procuraremos dar tudo aquilo que soubermos em relação a isso.”

Presidente da Câmara:

“Em relação ao Dr. Carlos Candal, apenas uma ou duas questões. A Câmara não decide nada, e deu exemplos concretos para ilustrar essa sua afirmação.

Primeiro, foi sobre a Avenida, e esta foi segundo o Dr. Carlos Candal, a 45.ª vez que o assunto foi levantado na Assembleia. Ao fim destas 45 vezes a colocar o assunto nesta Assembleia, ao fim de sete meses, isto ser uma prova acabada de que não fazemos nada parece-nos que há aqui uma precipitação na forma como foi colocado. Estamos convencidos em relação à Avenida, que vamos surpreender o Dr. Carlos Candal — é pena ele não estar.

Outro exemplo que o Dr. Carlos Candal deu, de que não decidimos nada, tem a ver com o edifício onde esta o Partido Comunista. Conforme sabem a Câmara aprovou por unanimidade a manutenção do edifício.

Quanto à D. Túlia façam-lhe chegar esse recado, e nós estamos totalmente disponíveis e temos todo o gosto em conversar com ela e avaliar a tal disposição que se propõe, em ceder ou emprestar à Câmara Municipal esse espólio.

Sr. António Regala, o programa POLIS tem prosseguido com todo o entusiasmo da equipa que está à frente do projecto. Há ainda três áreas que gostaríamos ainda, todos nós, de conseguir intervir, são a Lota, a Vitasal, nos Bóias, na Capitania. Sobre a Lota já iremos falar; a Vitasal está atrasado; os Bóias já cá vieram; e a Capitania estamos a aguardar o preço final do custo de construção de uma nova Capitania, para que então se possa concluir as obras neste hemiciclo que nos foi legado pelo Dr. Alberto Souto.

Dr. Raúl Martins, eu estranho a adjectivação “folclore” ou “folclórica” que deu às reuniões de Câmara nas Juntas de Freguesia. Eu pessoalmente, como sabe, tenho a vivência autárquica a esse nível e aprendi muito nestas catorze reuniões que nós tivemos. Nós durante a manhã na maior parte dos casos, víamos, estávamos com as pessoas, ouvíamos os cidadãos, ouvíamos as suas queixas, os seus azedumes — demos a cara, fomos lá. Ainda hoje fizemos uma reflexão alargada na reunião de Câmara sobre essa problemática, sobre a questão das reuniões nas Juntas — e não só nas Juntas, mesmo reuniões temáticas, estamos a reflectir e esta para nós é uma experiência que temos intenção de dar continuidade. Quanto ao programa cada freguesia teve a liberdade de elaborar o seu próprio programa.

Prof.ª Teresa Fidélis, quanto ao PDM, conforme sabe muitíssimo bem, melhor do que eu, a Comissão mista de acompanhamento do PDM está constituída, foi já publicada em Diário da República as 29 entidades que integram essa Comissão mista de acompanhamento. E pelo menos há contactos nossos com a DGOT. Como sabem é a DGOT que vai presidir à Comissão mista de acompanhamento. Fizemos algum esforço para ver se era possível fazer a primeira reunião antes das férias, não é possível, não há nada da DGOT nesse sentido. De modo que a primeira reunião irá decorrer, se não houver atrasos, porque quem convoca essa reunião é a DGOT, mas estamos a fazer algum esforço para que o mais tardar em Setembro essa reunião possa decorrer.

Tem decorrido entretanto, num processo que já começou na Câmara anterior, tem decorrido reuniões com as Juntas, com Assembleias, Associações e demais entidades, de forma a procurar recolher a sensibilidade dessas entidades todas em relação a este processo de revisão do PDM.

Quanto ao POLIS, em relação especificamente ao caso da Lota, que agora retomamos em relação ao Sr. António Regala, têm decorrido efectivamente contactos com a APA, com a Câmara, a empresa e o POLIS. Contactos com as quatro. Surgiu efectivamente uma proposta que obriga a uma alteração dos índices de construção. Neste momento e na última reunião as três entidades, acertámos tudo e ficaram as três de fazer chegar à Câmara uma proposta final em relação a esse processo.

De qualquer forma há aqui algumas alterações e não nos pareceu correcto a Câmara ter envolvimento. Tivemos envolvimento em diálogo, em conversas, em proximidades que se criaram, mas a parte final do processo, como é a Câmara que irá ter que licenciar não seria correcto a Câmara estar envolvida directamente nesse processo.

Esteve em determinado momento e agora as três entidades ficaram de fazer chegar uma proposta final que salvguarde aquilo que também para nós é importante, que é o interesse de Aveiro.

Quanto aos documentos em falta na Comunicação, que a Prof.^a Teresa Fidélis referiu, não é fácil seleccionar, não é fácil escolher. Naturalmente em relação ao caso por si levantado e o de todos os elementos, se na Comunicação houver alguma coisa que não esteja lá e que queiram ter acesso, naturalmente estaremos disponíveis para fornecer todos esses elementos. Agora não é fácil seleccionar porque se não trazíamos para aqui uma montanha de papéis.

Aliás a Assembleia vai também reflectir sobre isso, se não era possível encontrar outra forma de fazer chegar os documentos, do que esta montanha de papeis; - imaginem os custos que tem e o trabalho que dá, e acho que a Assembleia pode caminhar nesse sentido.

Quanto ao Óscar Paulo, o Dr. Miguel já foi muito esclarecedor em relação ao assunto que colocou, às circunstâncias em que se verificou aquilo que lá está.

Ora eu repito aqui, ou reafirmo, o agradecimento que fiz às outras treze juntas de freguesias na última assembleia; eu respeito naturalmente cada junta de freguesia e até porque passei por lá, e que tenham os seus problemas concretos, a questão é esta, por uma questão de respeito à própria Assembleia se cada Junta de Freguesia viesse aqui por o problema da rua, do buraco, do passeio e do que se passa na sua zona, creio que a Assembleia ficava desprestigiada no final. Estaríamos aqui a discutir coisas que são importantes, mas são menores no conjunto das questões que se passam no nosso concelho.

Quanto ao Sr. Fernando Afonso. Pista de Remo. Depois de cinquenta anos de discursos, a Câmara Municipal de Aveiro adjudicou hoje a obra em reunião de câmara, por unanimidade. Pela calendarização definida e pelos constrangimentos legais decorrentes de todo o processo, só para o Verão do próximo ano é que a obra irá estar no terreno, a ser executada. Há um conjunto grande de procedimentos que têm que ser cumpridos como hoje nos foi explicado pelos técnicos da câmara, com todo o rigor.

Quanto ao mercado de Cacia, é uma situação recorrente que o Senhor Presidente da Junta nos tem colocado, é uma situação grave à qual estamos atentos.

Quanto ao hábito de desprezar as freguesias rurais; podemos não ter muito dinheiro para fazermos as coisas, mas vamos procurar acima de tudo ter respeito por todas as freguesias por todos os cidadãos. Aliás, na prática, no concreto não é no discurso, não é na afirmação, é por onde as coisas se devem medir, é pelo que se faz concretamente, pela prática do dia-a-dia.

Acho que temos procurado mostrar na prática que procuramos estar próximos das freguesias, próximos dos cidadãos e próximos dos aveirenses.

A delimitação das freguesias de Cacia e Angeja é um desses casos, em que tomámos uma posição firme e clara com o apoio das duas juntas, Esgueira e Cacia, que foram excepcionais, com uma equipa também na câmara que se dedicou de alma e coração a esse projecto, com idas a Lisboa frequentes de técnicos, foi possível tomar uma posição firme em relação a esse processo.

Sr. Orlando Terra Sêca, apenas uma referência, em relação ao dinamismo e à visão que muito bem enquadrou na pessoa do senhor Fernando Marques. Uma pessoa que também nós admiramos e respeitamos e por quem temos muita consideração.

Dr. Jorge Nascimento, Fernando Marques, muito obrigado pelas vossas reflexões, que nos trouxeram.

Ao Dr. Manuel António Coimbra, por tudo o que nos disse, nomeadamente a questão do pavilhão de Esgueira e da inter-municipalidade, que é uma problemática que tem estado

alheada do nosso concelho, e a muitos níveis há aí uma mudança discreta, mas há uma mudança a esse nível, porque sozinhos penso que somos poucos, e juntos somos mais fortes. É evidente que tem havido um trabalho notável como já aqui referi na última Assembleia da parte dos treze municípios que constituem a GAMA e a AMRIA.

O Sr. João Rocha de Almeida, obrigado pela séria e profunda reflexão que aqui produziu. Eu pessoalmente estou-lhe muito grato, pela forma como abordou.

Dr.ª Maria Seíça Neves, vim a saber depois — estava a estranhar tantos erros na Comunicação, por parte dos nossos técnicos, nomeadamente da parte do Departamento Jurídico. Sei que já houve um contacto prévio que teve com a Dr.ª Isabel Figueiredo, sei que houve aí já alguns diálogos que foram feitos e o Dr. Jorge Greno já esclareceu devidamente a situação.”

Membros da Assembleia

Vogal Óscar Paulo (PS)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal Raúl Martins (PS)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)

Dado o adiantado da hora, a Presidente da Mesa deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Junho, informando que a próxima reunião que será no dia 07 de Julho (6.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 01:00 horas do dia 04 de Julho de 2006.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)